



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

ATA DA SESSÃO SOLENE Nº 1/2022 - PRES/GABPRES

Presidência do Senhor Desembargador Kiyochi Mori. Presentes o Senhor Desembargador Miguel Monico Neto e os Senhores Juízes Francisco Borges Ferreira Neto, Edson Bernardo Andrade Reis Neto, João Luiz Rolim Sampaio, Clênio Amorim Corrêa e Walisson Gonçalves Cunha. Procurador Regional Eleitoral, Bruno Rodrigues Chaves. Secretária, Áurea Cristina Saldanha Oliveira. Presente o Juiz Suplente Marcelo Stival.

As dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão Solene destinada à posse do Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa como Juiz Membro do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, na classe de Juiz de Direito, para o biênio 2022/2024, e também promover a despedida, pelo encerramento do mandato do Juiz Francisco Borges Ferreira Neto. Em seguida convidou os presentes para, em posição de respeito, acompanhar a execução do Hino Nacional.

Retomando a palavra, o Senhor Presidente solicitou ao Juiz Edson Bernardo Andrade Reis Neto que fizesse a leitura do currículo do empossando.

Ultrapassada essa fase, o Senhor Presidente solicitou ao Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa que prestasse o compromisso solene de bem e fielmente servir as leis e a Constituição da República.

Cumprido este ato solene, incontinenti, o Senhor Presidente declarou empossado como Membro do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia o Excelentíssimo Senhor Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, com efeitos a partir do dia 9 de março de 2022, e solicitou ao Cerimonial que colhesse as assinaturas do termo de posse e fizesse os registros fotográficos.

Depois de adotadas tais providências, e em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 2º da Resolução TRE-RO n. 10/2021, que dispõe sobre a outorga da Medalha do Mérito Especial Eleitoral, ao magistrado, no ato da posse, o Senhor Presidente entregou a referida comenda ao Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa.

Em continuidade, o Senhor Presidente solicitou ao Juiz Walisson Gonçalves Cunha que, em nome da Corte, manifestasse os agradecimentos ao Juiz Francisco Borges Ferreira Neto, que hoje encerra sua atuação nesta Corte, e também externasse as saudações de boas-vindas ao novo Juiz Membro, Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa.

O Senhor Juiz Walisson Gonçalves Cunha iniciou sua fala agradecendo a todos que assistiam a essa solenidade e também ao Presidente pela oportunidade de se manifestar em nome da Corte. Destacou que o brilhante legado deixado pelo Juiz Francisco Borges faz dessa cerimônia não uma triste despedida, mas uma feliz celebração da honrosa desincumbência da missão dele como integrante destacado desta Corte. Afirmou que era igualmente com muita honra que saudava o mais novo integrante da Corte, o Juiz de Direito Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa.

Com relação ao Juiz Francisco Borges, destacou como um dos seus atributos ser um incansável defensor da necessária estabilidade da jurisprudência, sob uma perspectiva sempre aberta ao debate, a novos argumentos, teses e interpretações do ordenamento jurídico; características fundamentais do integrante de um colegiado. Outra característica revelada foi a concisão e clareza dos votos que proferia, sempre em benefício da objetividade, porém compostos de densidade jurídica. Lembrou ainda a brilhante gestão do Juiz Francisco Borges à frente da EJE-RO - Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia, porquanto ter assumido tamanha responsabilidade exatamente no período em que se tinha a limitação imposta pela pandemia, que assolou o país e que se vivia em completo isolamento social. Fez questão de registrar que mesmo diante de tais adversidades, o Juiz Francisco Borges implementou inúmeras ações, que em seguida mencionou: “Em parceria com outras escolas judiciárias, obtendo cortesias para participação de magistrados e servidores em cursos realizados em outros estados, bem como oferecendo a mesma

oportunidade para os parceiros; representando a escola nos eventos, reuniões e encontros nacionais; viabilizando o projeto “Patrulha Eleitoral” em suas versões acadêmica e de ensino médio, propiciando o sucesso do programa, mesmo ante as dificuldades advindas do isolamento social; organizando em parceria com a UNIR (Fundação Universidade Federal de Rondônia) o livro “Direito Eleitoral - cidadania em perspectiva”, atualmente disponibilizado para leitura no site do tribunal; apoio ao projeto “Meu Primeiro Título Net”, proposto pelo Juízo da 11ª Zona Eleitoral de Cacoal; apoio às rodas de debate sobre participação feminina na política, em parceria com a Comissão Gestora de Políticas de Gênero do TRE-RO; conduzindo as edições do projeto “Bate - Papo Eleitoral”, voltado para a formação acadêmica e social de temas do Direito Eleitoral, alcançando quase mil visualizações; oferecendo curso de pós-graduação em Direito Eleitoral totalmente custeado pelos recursos da escola, alcançando um espaço próprio de atuação da escola em conjunto com a Diretoria-Geral, com a execução orçamentária de praticamente cem por cento dos recursos disponibilizados para a capacitação de magistrados e servidores e ações de fomento à cidadania.” Por todos estes feitos disse ser com satisfação e deferência que cumprimentava o Juiz Francisco Borges, em nome de todos os integrantes desta Corte, por sua brilhante atuação ao tempo que o parabenizava pelo cumprimento do seu dever. Feitas essas ponderações, passou a dar as boas-vindas ao Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa afirmando que como já ficara demonstrado da leitura do seu currículo, o referido magistrado detém uma vasta experiência na iniciativa privada, também como servidor da Justiça Federal, como Juiz Eleitoral de primeira instância e como Juiz de Direito vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Além disso, já exerceu importantes funções no âmbito do Tribunal de Justiça de Rondônia, como Ouvidor-Geral e Juiz de Cooperação. O novo integrante da Corte também possui experiência na vida acadêmica. Atualmente cursa mestrado na UNIR e é docente na Escola da Magistratura do Estado de Rondônia. Prevê que teremos uma missão difícil pela frente, já que a tendência é de que as eleições de 2022 sejam marcadas pela forte polarização, disseminação de ataques e discursos de ódio entre candidatos e simpatizantes. Acrescentou que a desinformação do processo eleitoral pode comprometer a integridade e legitimidade das eleições. Mas, disse não ter dúvidas de que o Juiz Edenir desempenhará com sua vasta experiência profissional e acadêmica as suas funções com prudência e firmeza e muito auxiliará esta Corte na sua responsabilidade de assegurar a legitimidade do processo eleitoral, sobretudo o das eleições 2022. Finalizou, parabenizando-o por mais essa conquista profissional em sua vida.

Dando continuidade à cerimônia, o Senhor Presidente informou que com vistas à preservação da história institucional da Justiça Eleitoral de Rondônia, sobretudo da trajetória de magistrados que integraram esta Corte, os registros dos serviços prestados à Justiça Eleitoral pelo magistrado foram compilados em um livro de memórias. Ao ensejo, solicitou ao Cerimonial que entregasse um exemplar ao Dr. Francisco Borges e que outro ficasse sob a guarda da Seção de Biblioteca, com a disponibilização do arquivo eletrônico na página da Memória Eleitoral do TRE-RO.

Cumprida essa formalidade, o Senhor Presidente franqueou a palavra ao Procurador Regional Eleitoral, Bruno Rodrigues Chaves, que iniciou seu pronunciamento saudando o Juiz Francisco Borges, dizendo que se sentia agradecido pelo convívio na Corte com o referido magistrado, ao tempo em que corroborava as palavras proferidas pelo Juiz Walisson Gonçalves, sobretudo no que diz respeito à qualidade dos votos. No mesmo sentido, destacava idêntica competência do Juiz na condução da EJE-RO. Lembrou o empenho do Dr. Francisco Borges em trazer para o debate temas da atualidade política, a exemplo da participação de mulheres nas eleições, na condição de candidatas, além de promover a participação da comunidade em geral em diversas ações da EJE, aproximando o cidadão da Justiça Eleitoral. Ao final, desejou sucesso na continuidade do trabalho do Juiz Francisco Borges na Justiça Estadual, prevendo ainda o possível retorno dele a esta Corte, mas já na condição de desembargador. Em seguida, desejou votos de boas-vindas ao Juiz Edenir Sebastião da Rosa Albuquerque de quem se disse admirador, pois por ser nascido em Rondônia há tempos já tivera conhecimento de suas decisões enquanto juiz da vara da fazenda pública de Porto Velho, sendo que agora, conhecendo-o pessoalmente, pôde confirmar a impressão que dele tivera, em especial, por meio da leitura do currículo do referido magistrado. Acredita que a atuação do Juiz Edenir será por demais profícua nesse ano eleitoral. Em arremate, colocou-se à disposição para conjuntamente com toda a Corte, fazer o melhor trabalho possível a fim de que a vontade popular expressa nas urnas prevaleça.

Em seguida, manifestou-se em nome da OAB-RO (Ordem dos Advogados Seccional Rondônia) o seu Presidente, advogado Márcio Melo Nogueira, o qual após as saudações de praxe, cumprimentou especialmente o Juiz Francisco Borges dizendo que o mesmo deixa à Corte um legado que certamente ficará na história, não só da Justiça Eleitoral, mas do próprio Estado de Rondônia. Afirmou que o Juiz Francisco Borges tem votos que certamente serão citados por muito tempo, pela qualidade com que se

conduziu nesse importante mister. Na oportunidade, registrou seu reconhecimento público e a homenagem pelos relevantes serviços que prestou à cidadania rondoniense. Depois dirigiu os cumprimentos ao Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, afirmando que o referido magistrado reúne qualidades singulares para o exercício da magistratura, a saber: firmeza e, ao mesmo tempo, humanidade. Lembrou a atuação do Juiz Edenir durante a pandemia, quando ele mediou um diálogo gigantesco de modo magistral, onde ficou caracterizado o quanto faz diferença a atuação de um magistrado vocacionado, que detém talento e qualidades necessárias para o exercício deste elevado cargo. Disse estar convicto de que a exemplo do que tem realizado em toda a sua trajetória, o Dr. Edenir fará um grande trabalho nesta Corte Eleitoral, onde será uma figura essencial na preservação dos postulados democráticos inerentes ao processo eleitoral que se inicia. Concluiu, desejando-lhe votos de um mandato exitoso.

Por sua vez, o Senhor Desembargador Miguel Monico Neto agradeceu ao Juiz Francisco Borges pelo convívio na Corte, dizendo que embora breve fora muito salutar, cortês e respeitoso. Parabenizou-o pela gestão da EJE-RO e também pela brilhante carreira, cuja atuação é marcada por votos atentos à jurisprudência, às causas públicas; sendo um exemplo de magistrado para todos. Desejou-lhe sucesso no retorno dele ao Tribunal de Justiça. Na sequência, igualmente parabenizou o Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa pelo ingresso nesta Corte; destacou o companheirismo de ambos quando atuaram juntos na EMERON – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia. Considera que o referido magistrado é um abnegado defensor das causas públicas, tendo sempre demonstrado uma dedicação ao Poder Judiciário de Rondônia, que honra com sua toga. Desejou-lhe votos de boas-vindas, dizendo que ele pode sempre contar com o apoio da corregedoria, no que for necessário.

O Senhor Juiz Edson Bernardo Andrade Reis Neto disse que será sempre uma alegria e um prazer falar a respeito do Juiz Francisco Borges. Afirmou ter um filho cujo nome também é Francisco. Disse ter conhecido o Juiz Francisco Borges, quando ainda estava cursando faculdade; ele estagiário, o juiz titular da vara criminal. Lembrou da forma gentil com que ele tratava os alunos que assistiam as audiências. Agora que o encontrou na Corte Eleitoral, percebeu tratar-se do mesmo homem e com quem aprendeu muito nesse tempo de convívio, sobretudo pelos votos técnicos e pragmáticos, sempre buscando a decisão mais justa. Agradeceu por essa convivência, ao tempo em que desejou que Deus o abençoasse. Referindo-se ao Juiz Edenir, disse conhecê-lo do tempo da advocacia e que tem certeza de que ele tem a envergadura necessária para cumprir e continuar essa missão no tribunal; que mesmo diante de desafios, como prováveis eleições polarizadas, o mesmo possui sabedoria e discernimento para julgar da maneira correta como a população espera. Afirmou que o TRE é a voz da população em seu limite. E compete a esse órgão julgar da maneira mais técnica possível, por isso tem certeza de que o Dr. Edenir fará um grande trabalho, assim como já realizara na escola da magistratura e como continua realizando na magistratura do Estado de Rondônia.

O Senhor Juiz Clênio Amorim Corrêa, após saudar os presentes e, de modo especial, felicitar as mulheres pela comemoração do dia internacional da mulher, dirigiu suas palavras ao Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, dizendo que geralmente magistrados que integram pela primeira vez a Corte, especialmente aqueles oriundos da advocacia, costumam se manifestar quase sempre sob a perspectiva de aprender. No entanto, entende que o Juiz Edenir veio para ensinar. Lembrou que em 2018 teve o prazer de trabalhar com o Dr. Edenir, o qual fora o Juiz auxiliar e Coordenador da propaganda eleitoral, a parte que considera a mais trabalhosa das eleições, no que diz respeito às campanhas eleitorais. De modo que, desde então, passou admirá-lo pelos judiciosos votos por proferidos. Imagina, portanto, que terá muita dificuldade de agora na Corte divergir do e. magistrado. Quanto ao Juiz Francisco Borges, disse sentir-se muito feliz pela amizade com ele construída, ao longo desse período de convivência nesta Corte. Ressaltou também a qualidade, técnica e proficiência dos votos proferidos pelo referido magistrado, desejando que o mesmo seja muito feliz em sua trajetória e possa em breve retornar a esta Corte como desembargador.

O Senhor Juiz Francisco Borges Ferreira Neto iniciou seu pronunciamento dizendo que o tempo passou muito rápido. Lembrou que foram dois anos de convívio em que os laços de amizades se entrelaçaram. Um abrigo em que todas as ideias eram compartilhadas de maneira mais produtora, objetivando a melhor prestação jurisdicional. Fez questão de homenagear o Juiz Clênio Amorim, por considerá-lo um “resgate histórico” do tribunal, referindo-se à quarta participação desse magistrado na Corte. Na oportunidade, destacou a dedicação do Juiz Clênio, que sempre trazia à baila a mais recente jurisprudência do TSE. Em seguida, externou seus cumprimentos ao Juiz Edson Bernardo Andrade Reis Neto. Observou que este por ter vindo da advocacia, mostrou-se sempre disposto a ouvir os pares. Além disso, deu sua notável contribuição quando participaram juntos da revisão do regimento interno do tribunal, que hoje está em vigência. Referindo-se ao Juiz Federal Walisson Gonçalves, disse que desde o primeiro voto por ele

proferido nesta Corte, pode afirmar tratar-se de um juiz preparado, dedicado, que às vezes mesmo quando vencido procurava ressaltar o seu ponto de vista, mas que sempre se rendia ao princípio da colegialidade, a fim de manter a jurisprudência do tribunal, o que considera como sendo uma grande virtude. Quanto ao Desembargador Miguel Monico, lembrou que são conterrâneos e se conhecem de muito tempo, inclusive são torcedores do mesmo time. Destacou a preocupação do desembargador que já durante discurso de posse antevia os desafios a serem superados nas próximas eleições, especialmente a questão das “fake News”, o que demonstra sua dedicação e compromisso com a justiça ao trazer o assunto à Corte. Referindo-se ao Des. Paulo Kiyochi Mori, disse que o conhecera logo que chegara em Rondônia, na cidade de Vilhena, com quem sempre teve um convívio extremamente salutar, desde os tempos em que atuavam no primeiro grau de jurisdição, prolongando-se até os dias atuais. Observou a extrema dedicação do desembargador ao trabalho, sempre preocupado com a prestação jurisdicional e com a causa pública, a ponto de, às vezes, solicitar que o mesmo desacelerasse. De sorte que sempre teve o prazer de trabalhar com ele. Dirigindo-se ao Procurador Regional Eleitoral, Bruno Rodrigues Chaves, disse ser uma grande satisfação conhecê-lo; um jovem rondoniense, torcedor do São Paulo, muito cordial, cujos pareceres e manifestações sempre atualizados iam ao encontro da necessidade que o tribunal tinha de dar andamento célere aos processos, a fim de atingir as metas traçadas. Cumprimentou também o Desembargador Marcos Alaor, ex-presidente da Corte no biênio 2020/2021, o qual considera um gestor à frente do seu tempo e a quem agradeceu pelo convívio na Corte e a confiança dele recebida, porquanto indicado que fora para dirigir a EJE-RO, em sua gestão. Fez questão de destacar e agradecer a presença do Juiz Federal, Marcelo Stival, ex-integrante desta Corte, com quem disse ter tido a satisfação de trabalhar na revisão do regimento interno do tribunal. Ao saudar o Juiz Edenir Sebastião disse que é um companheiro de quase 30 anos, magistrado com M maiúsculo e que desde o ingresso no tribunal tem demonstrado competência e comprometimento com a justiça, o qual só tem merecido elogios dos jurisdicionados, a exemplo do que dissera antes o atual presidente da OAB-RO sobre atuação do magistrado durante a pandemia. Acrescentou que no Tribunal de Justiça todos os colegas e servidores têm enorme satisfação de trabalhar com o Juiz Edenir. Acredita que assim também será neste Regional, onde todos terão a ganhar com a vinda de Sua Excelência, principalmente pela bagagem de conhecimentos doutrinários e jurisprudenciais de que é detentor, conforme já destacado. Para encerrar, afirmou que nesses dois anos na Corte jugou 115 processos, que embora pareça um número baixo, na Justiça Eleitoral é um número significativo, na medida em que são seis juízes julgando o tempo inteiro esses recursos que não são pequenos; pois já passaram pelo crivo do magistrado de primeiro grau, onde ocorreram os debates, as teses apresentadas pelos advogados e houve a participação do Ministério Público também. Portanto, disse que estava entregando ao sucessor o gabinete em dia. Relembrou que esteve também à frente da EJE-RO, cujo relatório dera conhecimento aos pares na sessão anterior. Destacou o empenho da equipe de servidores dizendo que graças a eles houve a realização de um excelente trabalho, porquanto fizeram muito com poucos recursos. Registrou também que teve a honra de integrar a diretoria da Escola Judiciária Eleitoral, no âmbito nacional. Fato que o estimulou a promover com o apoio da direção deste TRE-RO, o primeiro evento do ano que debateu a participação de mulheres na política e que colocou mais uma vez este Regional na vanguarda das atividades da EJE. Assim, disse que se despedia com a certeza do dever cumprido, levando no coração a saudade de cada um dos colegas da Corte, na expectativa de algum dia retornar a esta Casa, na condição de desembargador, também desejando que possa continuar desfrutando da amizade de todos.

Franqueada a palavra, o Senhor Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, depois de saudar a todos, manifestou-se nos seguintes termos:

“É uma honra estar presente e integrar esta Corte Eleitoral, a partir desta data. Na eleição em que fui designado coordenador da propaganda eleitoral, também foi uma eleição majoritária e foi uma eleição de aprendizado sim, foi uma eleição em que a expectativa não era de um cenário tenebroso, mas convivemos com alguns cenários que não estávamos acostumados. E aí, Dr. Clênio e os demais presentes, trago à memória de que trabalhei em eleições como mesário, trabalhei em eleições como auxiliar de juiz eleitoral, fiscalizando a contagem de votos, andando pelas zonas e pelas regiões do Estado do Mato Grosso. Ainda no Estado do Mato Grosso, verificando aqueles votos que eram os votos escritos, e as disputas pelo nome do candidato: “aqui está escrito isso; esse é voto do meu candidato. Não! Esse é voto do meu. Você não está vendo esse (L) aí? ” Então, para quem viveu esse período, sabe como funcionava. Passávamos mais de dois, três dias, dependendo do resultado da eleição, só na apuração e com impugnações que subiam e desciam. Alguns votos ficavam separados porque não se conseguia identificar de quem eram. Eram reivindicados por todos, ou aquele que não tinha a menor chance de reivindicar aquele voto, dizia que não era de ninguém, dizia que era um voto nulo. Então era uma eleição diferenciada. Também me veio à memória o início da judicatura no Estado de Rondônia quando, na condição de magistrado, participei do

processo eleitoral como juiz da zona de Costa Marques, também em Cerejeiras. Na eleição de Cerejeiras um pouco de desconhecimento, ainda do arroubo, talvez por desconhecer como funcionava o processo eleitoral. Eram o juiz e os auxiliares procurando os carros que saíam distribuindo santinhos pela cidade e querendo identificar quem é que estava jogando santinhos pela cidade. Era todo um aparato para descobrir quem é que estava, como se dizia na época, criando “curral” de eleitores; quem é que estava cooptando eleitores e fazendo transporte irregular. Ainda existe um pouco disso, mas são situações que o tempo vai trazendo as mudanças, fazendo com que essa realidade já não seja o palco dessa discussão, porque para os santinhos, para o exagero das eleições, tivemos que adaptar a normatividade para fazer com que fosse possível reconhecer abusos econômicos, abusos do poderio eleitoral e isso pudesse ser objeto de uma discussão judicial depois, que poderia fazer inclusive com que o candidato eleito viesse a perder em relação a tudo aquilo que havia imaginado conquistar, em razão de ter procedido de uma forma desleal no processo eleitoral. E no TRE, a nossa função de membros da Corte, na minha percepção, passa um pouco por isso. A nossa função no Tribunal de Justiça é de protagonista, o TRE não é protagonista, o magistrado não é protagonista desse processo; o protagonista é o povo. Desde o iluminismo, o liberalismo, o contratualismo, a partir do Estado, como o povo é o legítimo representante do poder, a origem de todo o poder é o povo, são as pessoas, é cada um. É aquele que pensa que sabe e aquele que não sabe; aquele que não sabe e pensa que sabe, e aquele que sabe também. O Dr. Walisson e todos têm repetido sobre a dificuldade que vamos ter nesse processo eleitoral, toda essa efervescência que vivemos. Ela tem um lado positivo e um lado negativo. Eu começaria pelo lado positivo. O lado positivo, mesmo na controvérsia, é que existia uma parcela da população que não se manifestava; que era alijada de qualquer tipo de manifestação. Se hoje nós temos a *internet* como algo que possa ser deturpado e as opiniões são colocadas de forma inconsequente e irresponsável, nós temos, também, o direito de fala que talvez errada, não é o ideal, mas talvez fosse algo que já tivesse caminhando para isso, em que o direito de manifestação viesse a ser assegurado a quem não tinha fala. Provavelmente, e aí falamos que muitas pessoas idosas, já maduras de experiência, começaram a ter acesso à *internet* e a se comunicar, isso pode ser visto como um defeito, mas pode ser visto como uma virtude. Pessoas que não falavam, não se manifestavam, passaram a fazer isso. Talvez o processo de educação, o processo de aprendizagem, leve um tempo maior até que nós tenhamos a exata noção de qual é a dimensão da nossa responsabilidade e do nosso autocontrole. Um amadurecimento de um país, um amadurecimento de uma nação se faz com o tempo, se faz com os erros e com os acertos. Nelson Hungria, em um artigo “Os Pandectistas do Direito”, nos anos de 1950, 1960, criticava a tendência que existia no Direito Penal de querer seguir a linha do Direito Civil, do Processo Civil, hermético e tudo pautado nos interesses, nas fórmulas do “isso é certo, isso é errado”. Ele dizia que o Direito Penal não tem condição de se enquadrar nessa posição de uma ciência que esteja alinhada ao Direito Civil. Porque o Direito Penal é um direito dos homens, é um direito dos erros, é o homem que é ao mesmo tempo anjo e demônio. Isso são palavras dele, porque essa era a natureza do ser humano visto por Nelson Hungria. O Direito Penal na visão dele teria que reconhecer o homem nas suas condições, nos seus ódios e nos seus amores. No encontro entre esses sentimentos, as pessoas quando eleitores, manifestantes nas eleições, não deixam de ser gente, de serem falíveis, de serem anjos, de serem demônios, não deixam de ter o direito de acertar e de errar. Então, esse processo eu já conhecia nesse passado que estou me reportando, que era o de sequestro de urnas. Quando você ia conduzir urnas, urnas eram desviadas, votos eram queimados. E o ser humano, talvez ainda continue sendo um ser absolutamente maravilhoso, que precisa se aperfeiçoar e aprender a viver da forma mais tranquila e harmoniosa que se possa imaginar que nós consigamos. E é para esse ser humano, e essas pessoas que parecem que também estão integrando esse artigo da Constituição, que diz que todo poder emana do povo e para ele, para esse povo, para essas pessoas é que esse processo eleitoral é colocado. São eles os protagonistas. Como numa partida de futebol, como árbitro de futebol, a nós da Justiça Eleitoral, o ideal é que passemos despercebidos, porque nós não somos os protagonistas, e isso às vezes não é possível. Aí nós temos que agir como o árbitro que mostra o cartão: o amarelo, o vermelho, e que age para que as regras do jogo sejam respeitadas. E é só isso que é o nosso compromisso. Nós não temos compromisso em ser protagonista ou de ser repressor, nós só temos compromisso de fazer com que as regras do jogo e a lealdade sejam observadas, o “fair play” seja mantido. O Dr. Edson e também o nobilíssimo Dr. Clênio são representantes da Ordem dos Advogados do Brasil nesta Corte, eu posso dizer que como magistrado, com o passar do tempo, comeci a perceber que a cooperação, é muito mais efetiva do que a coerção. Isso o Jean Piaget já diz a respeito do processo da educação. Com a coerção, você mantém enquanto você tem um poder de força, mas se você sair para outra sala e não coagir, você perdeu o domínio. A cooperação é um comprometimento que parte de todos e, obviamente, que o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, aqui representada pelo o Dr. Márcio Melo Nogueira, a quem rendo as homenagens e os elogios à postura dos advogados que militam, pelo menos sob a jurisdição da vara em que eu atuo, que tem sido exemplar. Tem sido exemplar o

Ministério Público; nós estamos nesse campo juntos. A própria advocacia, tem um compromisso com a lisura do processo. O advogado tem compromissos éticos também, como o Ministério Público tem e a magistratura tem. O compromisso com algo que é maior, com algo que está ínsito com a própria instituição a Ordem dos Advogados do Brasil. Assim como o MP e assim como a magistratura, nós temos compromisso com algo que é maior que uma pessoa, do que um interesse; nós temos compromisso com a defesa daquilo que é o argumento que não se consegue fazer às vezes a própria parte, nós temos que elevar o discurso, nós temos que trazer o discurso para o nível do debate e o advogado tem esse poder do filtro, de fazer com que algumas condutas que não seriam adequadas possam ser advertidas aos seus clientes, isso é um processo de amadurecimento da nossa sociedade, todos somos responsáveis por isso, e meu compromisso é com a lei. Quando nos falamos de Justiça Eleitoral, quem é a Justiça Eleitoral? São os servidores da Justiça Eleitoral? Somos nós os integrantes da Justiça Estadual? Não, a Justiça Eleitoral é o mesário convocado, voluntário; a Justiça Eleitoral está espalhada por esse país, porque no dia da eleição nos vemos quem é a Justiça Eleitoral: a Justiça Eleitoral é o fiscal, é a imprensa quando vai fiscalizar e denunciar algo; a Justiça Eleitoral são os fiscais e os delegados dos partidos políticos, porque eles participam do processo também, são contribuintes, é a Justiça Eleitoral a minha servidora, a minha filha que vai ser convocada para trabalhar, quem sabe num processo eleitoral. Então, a quem eu posso macular ou a quem eu atribuo uma responsabilidade de colaboração? É a todos nós, e para quem? Para o povo! Que são eles, que somos nós e por quê? Porque a nossa responsabilidade é fazer com que o jogo seja honesto, seja limpo, seja leal. Nosso papel é de cuidar para que o jogo ocorra com honestidade, com lealdade e com transparência. E o que nos inspira nisso? O que nos inspira nisso é algo que dizemos em todos os nossos discursos de posse ou de saída; costumamos repetir, a cada conquista nossa, nós olhamos para trás e buscamos quem nos permitiu, quem nos propiciou, quem propiciou os meios de ocupar essa posição privilegiada. Eu já vi a trajetória do Desembargador Paulo Kiyochi Mori no seu discurso de posse, do Desembargador Valter, do Desembargador Roosevelt, do Desembargador Marcos Alaor, do Desembargador José Jorge, do Desembargador Robles, e todos tem uma história que é comum na magistratura, muitos pensam equivocadamente que nós somos a elite que vem para magistratura, que a magistratura é feita de filhos de ricos ou de filhos de família abastada, quando é o contrário disso, a maioria, ou quase todos nós, viemos de famílias que se superaram, viemos de um processo de amadurecimento pela superação, é uma história comum, minha, do Desembargador Paulo Kiyochi Mori. Eu não sei, não tenho muita informação sobre a vida do colega Walisson, mas provavelmente também é uma história de superação. Nós somos mais privilegiados que os nossos pais, então essas são histórias da magistratura e, é por essas pessoas ou por esses futuros juízes ou pelas famílias desses juízes ou pela minha família que nós atuamos na Justiça Eleitoral. É esse o caminho. Ontem, vendo o discurso de posse do colega Flávio Ziober do Ministério Público como Procurador, também é uma história que se repete. Talvez o Dr. Márcio, quando foi fazer o discurso de posse dele na OAB, também tenha feito menção às dificuldades e a origem que nos faz sermos aquelas pessoas que procuram algo melhor para aquelas pessoas que são nossa família e que nós temos o compromisso com esse passado. Nós temos compromisso com essa honestidade, isso é comum em nós. Então eu gostaria de saudar as mulheres, em nome de minha mãe também que foi mãe e “pai” também, não é? Como muitas, porque conseguiu criar seis filhos que estão, imagino, assistindo lá de Mato Grosso. Por isso tenho que mencionar, desculpem, os nomes, porque senão eles podem ficar indignados. Meu irmão Benedito, a minha irmã Antônia, Edézio, a Jane e o Edinei, e essa senhora que me ensinou respeito, humildade, honestidade, fé, confiança, esperança, tranquilidade, serenidade, esses atributos eu tenho como fundamentos que imagino que vai ser o cenário da eleição. A gente se prepara para o pior mas espera o melhor, e eu espero o melhor antes de me preparar para o pior, apesar de estar preparado para isso, mas eu sempre espero o melhor, eu sempre confio na humanidade. Também externo os agradecimentos ao meu pai falecido, ao meu filho mais velho que agora está com Deus: o Antony, às minhas filhas Valquíria e Natália, à Márcia extraordinária e mãe exemplar desses filhos, à maravilhosa e amada Joana, aos meus funcionários da 2ª Vara de Fazenda, que também estão assistindo, a Lúcia Helena que não é mais, mas sempre vai ser, a Vanessa, a Carol, a Bia, o Luciano, o Artur, o Francisco, o Assis que vai me auxiliar aqui no TRE, a minha turma de concurso que são meus irmãos, meus amigos, meus companheiros, a Úrsula, o Sérgio, a Sandra, o Rinaldo, o Guilherme, bem como a história que me antecedeu no Tribunal de Justiça, desde antes de eu entrar, o Desembargador César, sempre referenciado. Não tive a oportunidade de conviver com ele, mas todos aqueles que são mencionados com honra pelo tribunal devem ser mencionados como aqueles que estruturaram o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia como um orgulho para todos os magistrados. Então o Desembargador César Montenegro, o Desembargador Dimas, o Desembargador Eurico, esse eu conheci, e muito, e tenho condições de dizer que é uma honra muito grande tê-lo conhecido, o Desembargador Renato Mimessi, o Desembargador Valter de Oliveira, os que vieram depois, o Desembargador Roosevelt, nosso decano, o

Desembargador Gabriel, o Desembargador Antônio Cândido, os atuais Desembargadores: Marcos, Osni, Robles são a cúpula diretiva do nosso tribunal, porque é desse tribunal que eu venho. Essa é minha origem, são essas pessoas que estou representando aqui. Poderia ser a colega Tânia, que era da vez, mas ela provavelmente virá em outra oportunidade. E a Justiça Eleitoral para ir concluindo, acredito que ela tem, na busca da cooperação e na busca da renovação dessa cidadania, um compromisso também com essa patrulha eleitoral, o que é a Justiça Eleitoral? É a patrulha eleitoral também, mencionada pelo Juiz Francisco Borges. E nós realmente vivemos, colega Walisson, em um período de confronto e o confronto leva à divisão, à separação e à solidão. É isso que muitos conseguiram com esse divisionismo: separação, isolamento, solidão. E um propósito de cooperação talvez seja compartilhar, reunir e ser família como nação. Então, aqui tentei expressar a minha identidade de magistrado, a partir de onde venho, quais são as minhas raízes, e dizer que estou aqui representando uma magistratura do Estado de Rondônia, uma magistratura do Brasil, o Tribunal Regional Eleitoral, a Justiça Eleitoral, que tem o papel de ser o árbitro, que não quer ser o protagonista do jogo. Os protagonistas vão ser a população, os candidatos, sim, os candidatos devem aparecer, eles devem mostrar o que são, devem demonstrar o que eles pretendem. É a oportunidade que eles têm para isso. Roguemos então que isso seja uma constante. Se me permitirem, eu gostaria de deixar, como é de praxe, uma menção a respeito da palavra cristã, que seriam duas: “porque sou eu que conheço os planos que tenho para vocês, diz o Senhor: planos de fazê-los prosperar e não de causar danos, planos de dar a vocês esperança em um futuro”. Então, a partir dessas palavras, peço que, também dos Salmos, que a integridade e a retidão me protejam porque a minha esperança está em Deus, está também nos homens que estão colocados aqui para serem protagonistas, sim, da palavra. Então, Juiz Francisco Borges, minhas homenagens a você, representando todos os meus colegas magistrados, e dizer que cada magistrado, cada um que me antecedeu, é um exemplo e é uma responsabilidade para mim, fazer com que a minha conduta seja uma conduta ética que não os envergonhe, e eu farei tudo para que isso não aconteça. Desembargador Paulo Kiyochi Mori, Desembargador Miguel Mônico, igualmente os demais presentes, agradeço a disponibilidade, a paciência”. Concluiu.

Retomado a palavra, o Senhor Presidente afirmou que esse era um momento de saída e um momento de chegada. Lembrou que ambos os magistrados, Dr. Francisco e Dr. Edenir, são conhecidos de longa data. Disse que durante esse tempo de convivência, mais de trinta anos, acumulou muitas histórias marcantes e agradáveis. Por essa razão só tem agradecimentos a registrar. Reconheceu a dedicação e o trabalho do Juiz Francisco Borges, por todo esse tempo no Estado de Rondônia e, especificamente, agora na Corte Eleitoral, ressaltando a sua inquestionável capacidade jurídica e de gestor, a exemplo do que realizou à frente da EJE-RO. Desejou sucesso na trajetória do magistrado, na expectativa de que o mesmo tenha um breve retorno a este Regional, como futuro desembargador. Ao cumprimentar o Juiz Edenir, disse que dispensaria comentários em relação a sua capacidade jurídica e seu trabalho no Poder Judiciário de Rondônia, porquanto por todos conhecido. Destacou a calma e a tranquilidade dele com que costuma resolver os problemas. Exaltou mais uma vez a atuação do Juiz Edenir durante a pandemia, quando mediou um enorme conflito envolvendo o Governo do Estado, a Prefeitura de Porto Velho, empresários e servidores, tendo ele na oportunidade conseguido um êxito extraordinário, fato que repercutiu positivamente até os dias atuais. Lembrou ainda da sua atuação bem-sucedida como juiz auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e, mais recentemente atuando como Vice-Diretor da EMERON. Assim, acredita que agora nesta Corte o Dr. Edenir vem somar, soma que será muito salutar para as atividades eleitorais, em um ano de muito trabalho, mas que com a participação de todos se chegará a bom termo. Renovando os agradecimentos ao Juiz Francisco Borges e votos de boas-vindas ao Dr. Edenir, declarou encerrada esta solenidade de posse, agradecendo a presença de todas e todos e convidando-os para ouvir o hino do Estado de Rondônia.

Nada mais havendo, foi lida e aprovada esta ata e encerrada a sessão às dezoito horas e quinze minutos. E, para constar, eu, Áurea Cristina Saldanha Oliveira Aragão, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Senhor Desembargador Presidente deste Tribunal.

Porto Velho, 8 de março de 2022.

Desembargador KIYOSHI MORI

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYACHI MORI, Presidente**, em 23/03/2022, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0805086** e o código CRC **4E960041**.

0000224-07.2022.6.22.8000

0805086v2